

Entre a Política e a Fé

Pe. Juventino Kesting
Professor de Teologia Pastoral

"Amor e Verdade se encontram, Justiça e Paz se abraçam, da terra germinará a Verdade e a Justiça se inclinará do céu. O próprio Iahweh dará a felicidade e a nossa terra dará seu fruto. A Justiça caminhará à sua frente, e com seus passos traçará um caminho" (Sl 85/84,11)

1. ABRINDO O TEMA

A

Campanha da Fraternidade de 1996 aborda o tema: *"Fraternidade e Política"*, com o lema: *"Justiça e Paz se abraçam"*. Temática polêmica, que se apresenta como uma tentativa de atingir a fundo

uma questão que perpassa o cristianismo e a missão da Igreja através dos séculos. Quando a comunidade cristã quer encarnar o Evangelho no cotidiano da vida ou elaborar um programa pastoral, esbarra com a questão do relacionamento entre fé e política, fé e atuação política, fé e experiência política. Não resta dúvida de que este tema tem gerado conflitos e até deserções na comunidade cristã. Trata-se, no fundo, de uma questão de compreensão da Eclesiologia: "Igreja e mundo", ou "Igreja no mundo". A partir desta compreensão situa-se o relacionamento fé e política.

A título de problematização, pode-se formular alguns questionamentos. Estes e tantos outros: Qual a relação entre cristianismo e as organizações políticas dos cristãos? O cristianismo é original em sua concretização ou interage com as ações dos homens na organização dos grupos, na condução do destino dos povos? Qual é o universo de compreensão e de significação quando o termo "política" é pronunciado numa reunião pastoral, numa homilia, numa celebração, num grupo de reflexão, numa CEB? Será que não persiste uma profunda dicotomia entre fato político, que coordena a vida nas diversas relações e organizações, e ato político, entendido como "participação em uma agremiação partidária"? E a agremiação partidária é proibida ao cristão? Qual a relação entre política e pastoral? Estes e tantos outros questionamentos surgem no inconsciente coletivo das comunidades cristãs e na prática do dia a dia.

2. FÉ E COMPROMISSO

A atuação da Igreja Católica no Brasil, as opções pastorais, a conscientização do povo, a dimensão do compromisso da fé cristã, despontam no cenário da América Latina, com temas candentes, especialmente no grande momento de evangelização nacional que é a Campanha da Fraternidade. Temas como: fome, trabalho, ecologia, migração, violência, terra, menor, exclusão, política, citando al-

guns, mostram o dinamismo de uma Igreja que além de alimentar a fé enquanto opção pessoal, quer comprometer o cristão com o Reino: compromisso de transformação e de mudanças das estruturas que geram a morte e que se apresentam como sinais do anti-Reino.

A prática pastoral mostra, ao longo dos tempos, que os cristãos não podem conviver com a injustiça, com a exploração do ser humano na sua dignidade. Como Deus quer que todos os seus filhos e filhas tenham vida, tudo que diminui a vida, não só entre os cristãos, mas em todo ser humano, é objeto de preocupação da Igreja. A Igreja não pode silenciar diante daquilo que fere a dignidade humana. Este silêncio pode significar traição ao Evangelho.

Este artigo pretende abordar, não na sua totalidade e nem como última palavra, aspectos pastorais do tema da CF: implicações no cotidiano da pastoral, indicações para uma atuação onde a fé, o seguimento de Jesus Cristo, na comunidade cristã, façam *a justiça e a paz se abraçarem*.

3. UM OLHAR PELA HISTÓRIA

As relações políticas e a busca da justiça e da paz perpassam os escritos de todos os povos. É um sonho do coração humano. Toda a Escritura é carregada deste sonho. Sonho persistente, buscado. Sonho de luta e de sangue. Sonho cantado e declamado. Sonho. Talvez o mais profundo do ser humano, porque a sobrevivência da espécie humana se mede pela qualidade de vida. Somente onde reina a justiça e a paz a vida se torna abundante.

Já nas primeiras páginas da Bíblia há um relato do drama que aflige a humanidade: a discórdia entre dois irmãos (Gn 4,1-16). O ciúme e a inveja superam a justiça e a paz. Caim e Abel não são apenas dois personagens do pas-

*"A pessoa humana,
por sua natureza,
é um nó
de relações,
portanto um
ser político"*

sado. Há dentro de todo ser humano um misto de Caim e Abel (cf 1Jo 3,12).

A pessoa humana, por sua natureza, é um nó de relações, portanto, um ser político. O agir humano leva em consideração o outro, pois ninguém subsiste por si mesmo. Esta mútua relação é a expressão política. A harmonia da convivência, o relacionamento entre as pessoas se configura como ato de sair de si mesmo, sem perder a identidade própria, para aprender a conviver com o outro.

O primeiro agir humano é um ato político: relacionar-se. Conviver. Necessitar do outro. Talvez aqui situa-se um dos dramas do mundo hodierno. As pessoas aprendem a introjetar tudo em si, de forma egoísta, sem necessitar do outro. Daí surgem as dificuldades de organização social. O individual se sobrepõe ao coletivo, ao comunitário. Na individualidade as pessoas procuram tudo que é prazeroso para o indivíduo, sem relacionar o "eu pessoal" com o coletivo. Neste sentido surgem as constantes tensões entre grupos, famílias, comunidades, etnias, povos. Pode-se analisar o conflitivo da humanidade como carência de compreensão, experiência e prática da dimensão política.

O conjunto dos atos humanos carrega uma dimensão pública e se relaciona com o cotidiano da vida. Neste sentido todo agir humano, na família, na escola, no ônibus, no trabalho, no esporte, no comércio, no sindicato, na comunidade eclesial são atos políticos. Esta é a primeira dimensão da formação humana e que implica no agir pastoral. Sem esta educação básica do homem como um ser político, todo processo de formação da cidadania, da política partidária, da administração dos bens públicos, da gerência das instituições, da ocupação de cargos administrativos, torna-se um campo conflitivo.

Afirma o documento de Puebla: "A dimensão política, constitutiva do homem, representa um aspecto relevante da convivência humana. Possui um aspecto englobante, porque tem como fim o bem comum da sociedade. Mas nem por isso esgota a gama das relações sociais" (DP 513).

4. JUSTIÇA E PAZ: ANSEIO DO CORAÇÃO HUMANO

"O anseio de paz e justiça é uma tarefa de constante construção"

"No coração do homem contemporâneo, há poucas palavras que são tão queridas e sonhadas como *justiça* e *paz*. A justiça está inscrita no coração humano como uma exigência para uma vida reta"¹. O anseio mais profundo do coração humano é a paz

e a justiça. Este anseio sagrado remonta à origem do homem. O ato criador de Deus é um ato de amor. E onde reina o amor aí está a paz, a justiça, a vida.

A consciência do homem moderno, que conquistou o espaço, dominou as ciências, fez descobertas fantásticas, domina os segredos da natureza, é uma consciência temerosa. O homem passa a ter medo do próprio homem. A leitura do passado, a visão das destruições, das dores e sofrimentos causados pela mão do próprio homem, a lembrança das guerras que alcançaram proporções incalculáveis, destruindo

idades, arrasando famílias, povos, cria um inconsciente coletivo positivo, no sentido de aspirar a um mundo de paz.

A paz é mais do que a manutenção da ordem estabelecida. Na América Latina, paz e justiça são binômios que devem caminhar juntos. A paz não se configura como a supressão dos conflitos, nem como passividade diante dos problemas permanentes, menos ainda, neutralidade diante das realidades sócio-políticas opressoras e excludentes.

Na América Latina a paz sinaliza profunda conotação de inevitável tensão e luta que se caracteriza no empenho pela justiça, pela dignidade dos povos, pela liberdade e fraternidade. O documento de Puebla afirma: "Do coração dos vários países que formam a AL está subindo ao céu um clamor cada vez mais impressionante. É o grito de um povo que sofre e que clama por justiça, liberdade e respeito aos direitos fundamentais das pessoas e das nações. Um clamor surdo que brota de milhões de homens pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte" (DP 87-88). E continua: "Esta realidade exige conversão pessoal e transformações profundas das estruturas que correspondam às legítimas aspirações do povo a uma verdadeira justiça social" (DP 30).

O anseio de paz e justiça é uma tarefa de constante construção. O caminho passa pela criação de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual homens e mulheres possam viver dignamente como irmãos e irmãs. A paz é obra da justiça. "Supõe e exige a instauração de uma ordem justa na qual os homens possam realizar-se como pessoas, onde sua dignidade seja respeitada, suas legítimas aspirações sejam satisfeitas, seu acesso à verdade reconhecido, sua liberdade pessoal garantida. Uma ordem na qual os homens não sejam objetos, senão agentes de sua própria história"².

A missão da Igreja situa-se no âmbito do anúncio do Evangelho. Evangelho é Boa Nova. É a Boa Notícia de Deus aos homens. O coração humano aspira por estas Boas Notícias. No mundo marcado pelo pecado, pelos sinais do anti-Reino, pelas desigualdades sociais, pela exploração do homem, do trabalho e da dignidade, é missão pastoral da Igreja alimentar a esperança com propostas concretas de vida, de justiça, de paz, de fraternidade.

Evangelizar sem promover a justiça é trair o Evangelho. É não compreender o significado da Encarnação de Jesus Cristo. Ele assumiu a nossa condição. Redimiu-a. Enviou seus seguidores como anunciadores do Reino. Reino de justiça, de paz, de vida, de fraternidade. Reino que seja uma resposta ao anseio do coração humano de se sentir gente, de se sentir amado por Deus e ver suas condições de vida realizadas.

5. DEUS DA JUSTIÇA E DA PAZ

O profeta ISAÍAS, ao falar sobre o reino messiânico, alimenta a esperança do povo com a vinda do Messias que vai inaugurar um novo tempo. "Porque nasceu para nós um menino, um filho nos foi dado: sobre o seu ombro está o manto real, e ele se chama 'Conselheiro Maravilhoso', 'Deus Forte', 'Pai para sempre', 'Príncipe da Paz'. Grande será o seu domínio, e a paz não terá fim sobre o trono de Davi e seu reino, firmado e reforçado com o direito e a justiça" (Is 9,5-6). A importância do Deus da justiça e da paz percebe-se nas inúmeras citações bíblicas. Os termos justiça e paz aparecem centenas de vezes na Bíblia, e sua

centralidade, nas relações justas entre as pessoas, torna-se assim evidente.

A intervenção de Deus na história se manifesta, de maneira forte, nos momentos em que o homem sente-se tolhido em seus direitos fundamentais, especialmente em relação à justiça, à liberdade e à paz. Quando o povo hebreu era escravo no Egito, o clamor do povo chegou aos ouvidos de Deus. E Deus toma partido. Deus vai ao encontro do povo humilhado e expoliado. *"Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi o seu clamor por causa dos opressores, pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-los da mão dos egípcios e para fazê-los subir daquela terra a uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel... Agora o clamor dos filhos de Israel chegou até mim, e também vejo a opressão com que os egípcios os estão oprimindo. Vai. Eu te envio... Eu estarei contigo"* (cf Ex 3,7-12).

A história do povo de Israel é ao mesmo tempo religiosa e política. A política encontra-se no centro do Antigo Testamento, porque se trata da história de um povo que se desenvolve no plano religioso e no plano político. Em situação de escravidão, o povo começou a se formar no Egito (Ex 1, 7ss). O Êxodo foi ao mesmo tempo um processo político e religioso. Tratava-se de formar um povo independente, uma nação e um povo consagrado a Iahweh. A história do povo de Israel é uma só. História religiosa e política simultaneamente. A Torah e o Templo eram o centro de unidade e de convergência do povo.

6. A VOZ DOS PROFETAS

A voz dos profetas ressoou ao longo da história do povo de Israel todas as vezes que a Aliança foi quebrada. Aliança de ser fiel ao Deus único e de viver como um povo. O grito dos profetas conclamava contra a injustiça, a opressão e exploração. *"Entretanto, Javé espera a hora de mostrar piedade; ele toma a iniciativa de mostrar compaixão para com vocês, pois Javé é um Deus justo"* (Is 30,18). *"Então o deserto se tornará um jardim. No deserto habitará o direito, e a justiça habitará no jardim. O fruto da justiça será a paz. De fato, o trabalho da justiça resultará em tranquilidade e segurança permanentes"* (Is 32, 16-17).

Na história de Israel vai surgindo a missão do povo eleito. Missão de anunciar o Reino definitivo de paz: esse anúncio só pode se dar com o testemunho vivo do Reino na história, nos fatos, nas relações do cotidiano. A História de Israel está voltada para Deus, que é o Deus da paz (cf Sl 29/28,11). A paz e a justiça são percebidas como situação permanente de felicidade, na qual se destacam os importantes aspectos da fartura de bens e da participação comunitária. A paz é "shalom", é bênção e esperança.

7. NÃO TENHAM MEDO

O anúncio dos anjos aos pastores, de que o Messias havia nascido, foi uma mensagem de paz. *"Não tenham medo! Eu anuncio para vocês a Boa Notícia que será uma alegria para todos. Glória a Deus no mais alto dos céus, e paz na terra aos homens por Ele amados"* (Lc 2, 10-14).

A paz que Jesus anuncia não é uma paz alienada e fora do contexto do espírito das Escrituras. É uma paz que desponta a partir da novidade do Reino que está presente. O

Reino de Deus tem fundamentalmente uma característica de justiça. Não uma justiça baseada no mero cumprimento da lei, mas justiça onde os "que têm fome serão saciados, os que choram irão rir, os que estão doentes serão curados, os aleijados irão andar, os surdos irão ouvir" (cf Mt 11,5). Está chegando o tempo em que os pobres, os desamparados, os pequenos, irão começar a ter vida, porque a Boa Nova de Jesus vai inaugurar um novo modo de ser baseado na justiça, no direito, na paz e no relacionamento fraterno entre as pessoas. *"Bem-aventurados os pobres"* (Lc 6,20).

O Reino de Deus tem como fundamento a justiça e a paz. *"Bem-aventurados os que têm fome e sede da justiça, porque serão saciados"* (Mt 5,6). *"Buscai em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça"* (Mt 6, 33). *"Deus fará justiça a seus escolhidos bem depressa"* (Lc 18,7). Na despedida, Jesus insiste: *"Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz. Não vo-la dou como o mundo a dá"* (Jo 14, 27). A ressurreição de Jesus é o maior sinal de que a Justiça de Deus vence, é maior do que a própria morte. A justiça de Deus não podia deixar Jesus no túmulo. E a primeira manifestação do Ressuscitado aos discípulos foi uma saudação de paz: *"A paz esteja convosco"* (Jo 20,19).

A pregação apostólica fundamenta-se sobre este binômio: "paz e justiça". *"Agora, porém, independente da lei, manifestou-se a justiça de Deus... justiça de Deus que opera pela*

fé em Jesus Cristo" (cf Rm 3, 21-25). *"Revesti-vos do homem novo, criado à imagem de Deus, em verdadeira justiça e santidade"* (Ef 4, 24). *"O Reino de Deus não consiste em comida e bebida, mas é justiça, paz e alegria no Espírito Santo"* (Rm 14,17). *"Segue a justiça, a fé, a paz com aqueles que, de coração puro, invocam o nome do Senhor"* (2Tm 2, 22).

A atuação do cristão no mundo, sua presença na sociedade e nos campos da atividade humana, deriva do âmago da mensagem de Jesus Cristo. Sem a defesa e promoção da justiça e da paz, não há uma fé histórica e comprometida. O cristão é seguidor do Deus da paz e da justiça. O seguimento implica vivência e compromisso com o Reino de justiça e de paz. Isto exige uma nova compreensão da fé. O Evangelho, como proposta de vida em plenitude, reclama uma práxis de vida nova.

8. COMO "DELEGADO DOS POBRES"

A irradiação do cristianismo cria uma nova relação na vida das comunidades. Essa novidade provém da nova antropologia que o cristianismo suscita. Isto se manifesta na defesa e promoção dos pobres, dos doentes, dos explorados. O cristianismo é uma inversão da ordem. Jesus Cristo afirma que *"O Reino é dos pobres, dos pequenos"* (cf Lc 6,20). Um novo movimento, uma nova postura de vida vai se irradiando nas cidades, nas vilas, nos campos, onde a relação políti-

"A ressurreição de Jesus é o maior sinal de que a Justiça de Deus vence"

a não parte dos poderosos, dos ricos e do poder, mas dos pequenos, como sinal de que algo novo está acontecendo.

A Igreja, na missão evangelizadora e na atuação pastoral, desde a época apostólica até os dias de hoje, com interpretações e práticas diferentes, sempre tem tomado posição profética diante da exploração, da injustiça e das causas da miséria.

Os escritos dos Santos Padres estão carregados de reflexões sobre o novo relacionamento político que o evento suscitou, bem como acirradas críticas contra a injustiça, a ganância, a exploração. É conhecida a posição de S. João CRISÓSTOMO sobre a pastoral dos ricos, denunciando a exploração e a escravidão: "Hoje vou a vocês como delegado, como delegado dos pobres da nossa cidade. Não me envolvo em decisões nem em discursos. Foi suficiente ver aquela miséria. Graças a quantas lágrimas aquele edifício foi construído? Quantos órfãos ficaram por causa disto sem mãe? Quantas viúvas foram por causa disto prejudicadas?"³

A partir da revolução industrial, a Igreja sistematiza a doutrina social. A abordagem das relações políticas na construção dos destinos da humanidade, a incidência da justiça e da paz na construção da sociedade e na valorização dos direitos das pessoas, passam a ser temas de abordagem central do pensamento social da Igreja. No pensamento social moderno, torna-se indispensável o tema da justiça social.

"A justiça social exige uma justa distribuição dos bens de todas as classes, de modo a superar as flagrantes desigualdades e desequilíbrios que as sociedades modernas apresentam como exemplos de grave injustiça".⁴

Nos últimos cem anos, especialmente, a Igreja assumiu a causa da justiça. Passou a olhar o homem e a mulher não um todo na sua dignidade e nos seus direitos fundamentais. O cristianismo não pode ficar alheio à fome, à exploração, à exclusão de milhares de filhos e filhas de Deus. *Calar diante da injustiça é trair o Evangelho*.

A Igreja levantou sua voz através da doutrina social elaborada na prática e nos documentos do magistério. Assim: "Rerum Novarum" de Leão XIII em 1891, "Quadragesimo Anno" de Pio XI em 1931, "Mater et Magistra" (1961) e "Pacem in Terris" (1963) de João XXIII, "Humanae Vitae" (1968) de Paulo VI, "Laborem Exercens" (1981), "Sollicitudo Rei Socialis" (1987) e "Centesimus Annus" (1991) de João Paulo II são verdadeiros monumentos de reflexão, fontes inspiradoras da missão da Igreja no mundo e acima de tudo, linhas norteadoras da ação pastoral que leva a um compromisso de transformação.

Na linha do Magistério, o episcopado brasileiro tem caracterizado a dimensão social em três vertentes: (a) O compromisso, a voz, a postura profética diante da injustiça, da exploração e das causas da miséria, da fome e da violência; (b) a promoção da Campanha da Fraternidade, abordando diversos temas e realidades sociais que têm criado na Igreja pública no Brasil e no conjunto da sociedade uma nova consciência social; (c) O resultado das Assembléias e a pro-

mulgação de documentos especialmente na linha social. Citamos alguns: "Exigências cristãs de uma nova ordem política" (1977), "A Igreja e o problema da terra" (1980); "Por uma nova ordem constitucional" (1986); "Exigências éticas da ordem democrática" (1989); "Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura" (1992); "Ética: pessoa e sociedade" (1992), sem contar os inúmeros pronunciamentos do Conselho Permanente da CNBB e os pronunciamentos da presidência da Conferência.

Tudo isso mostra o dinamismo de uma Igreja comprometida com a causa da justiça. Há no âmago do Evangelho e no seguimento de Jesus Cristo uma exigência básica: Não é possível professar a fé em Jesus Cristo sem compromisso com o irmão, especialmente com o pequeno, o pobre. O cristianismo não é um projeto de satisfação e de realização apenas individual. O cristianismo é uma experiência de vida comunitária e comprometida. Onde há um grito, uma dor, um desrespeito à dignidade humana, um sinal de miséria, de exploração e de injustiça, aí o cristão é chamado, à luz da fé, a atuar, denunciar e transformar.

9. UM CLAMOR SURDO

O Concílio Vaticano II (1962-65) é marco histórico na compreensão da missão evangelizadora e pastoral da Igreja. A superação da dicotomia entre "mundo e Igreja" e a abertura para "Igreja no mundo" carrega uma reflexão teológica, uma prática eclesial de inserção nos variados campos da atividade humana. Ela tem um compromisso com a humanidade. "As alegrias e esperanças", as dores, a miséria, a injustiça, a fome da humanidade devem ser objeto da solicitude pastoral da Igreja. Nisto se caracteriza a ação da Igreja na defesa da vida e da dignidade do ser humano (cf GS 1,1).

"A Igreja, por força do Evangelho a ela confiado, proclama os direitos humanos, reconhece e aprecia o dinamismo com que em nossos dias eles são em toda parte promovidos. Mas este movimento deve ser protegido contra toda espécie de falsa autonomia. Pois somos tentados a pensar que nossos direitos pessoais só são plenamente salvos quando formos libertados de qualquer forma da lei divina. Ora, por esse caminho a dignidade da pessoa humana não somente não é salva, mas se perde" (GS 41,3). A pessoa humana é princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais. A vida social não é algo acrescentado ao homem, mas corresponde à sua vocação (cf GS 25).

Para a América Latina as Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992) são balizas para a pastoral social, para o agir cristão na comunidade eclesial e na inserção no mundo.

O próprio título da conferência de Medellín traduz o novo espírito e a nova prática de ser Igreja: "A Igreja na atual transformação da AL à luz do Concílio Vaticano II". Igreja situada num momento histórico e numa realidade eclesial. O discurso de abertura de PAULO VI afirma: "Se recordarmos que no rosto de cada homem, especialmente quando suas lágrimas e dores o tornam transparente, podemos e devemos reconhecer o rosto de Cristo..., o nosso humanismo torna-se

*"A pessoa humana
é princípio,
sujeito e fim
de todas as
instituições sociais"*

"A promoção humana é dimensão privilegiada da Nova Evangelização"

milhões de homens e mulheres latino-americanos, ao ver em seus rostos o rosto do Senhor".⁶

Medellín dedicou dois capítulos específicos sobre a temática "justiça e paz". A ausência de uma ou de ambas geram a marginalização, as desigualdades, a opressão, o desrespeito à dignidade humana. Medellín faz nascer um novo amanhecer de esperança para os cristãos, para a pastoral, para a vitalidade da Igreja. A dimensão social da fé, o compromisso com a transformação, a consciência do respeito à dignidade humana, a busca da libertação, a análise da realidade, o surgimento de uma eclesialidade latina, uma pastoral que saiu do âmbito intimista e caminhou para o compromisso social são alguns dos frutos que ainda hoje se fazem notar nas comunidades cristãs.

Puebla (1979) situa-se no contexto e na continuação do espírito de Medellín. A pastoral deu passos significativos, especialmente através das comunidades eclesiais de base, da pastoral social, da reflexão teológica, do desejo profundo de libertação e de vida para os povos latinos. Puebla ocupou-se das grandes verdades, com enfoque especial na verdade sobre o homem. *O rosto do homem interpela, a justiça clama, a miséria se converte em insulto, a opressão, em grito inaceitável.*

A Igreja é chamada a ser "voz de quem não pode falar ou de quem é silenciado" (DP 24). Surge o compromisso de libertação, de participação, da opção clara e decisiva pelos pobres. A fé passa a ter implicação política. Fé como ato político de compromisso com o Reino e com a implantação dos sinais do Reino. A luta pela justiça sai do âmbito teórico e assume conotações de uma "práxis" cristã. Cresce a consciência de que os cristãos têm um compromisso histórico de transformação da realidade, de implementação de estruturas mais justas e de mudança dos sistemas que oprimem e excluem os pequenos, os fracos e pobres.

Santo Domingo (1992) sinaliza a reflexão para a solidariedade e a nova evangelização. Entende que ser solidário não é apenas uma atitude interior, mas ação que leva à dinamicidade da fé. Nova evangelização, por sua vez, tem conotações de um novo relacionamento entre os povos latinos. Ela é "nova" porque necessariamente deverá criar homens novos, apaixonados pela defesa da vida, pelos valores evangélicos e pela promoção humana.

"Entre evangelização e promoção humana, desenvolvimento e libertação existem, de fato, laços profundos... Não se pode proclamar o mandamento novo, sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e autêntico progresso do homem" (cf EN 31). Neste sentido a promoção humana é dimensão privilegiada da Nova Evangelização, pois a fé no

cristianismo e o nosso cristianismo torna-se antropocêntrico..., para conhecer a Deus é necessário conhecer o homem".⁵ O cardeal Juan L. RICKETT traduz este espírito afirmando: "É preciso escutar a voz de Deus e saber escutar a voz do mundo, as necessidades e misérias de

Deus de Jesus Cristo e o amor aos irmãos e irmãs têm de traduzir-se em obras concretas.

10. NOVOS PARÂMETROS PASTORAIS

Na caminhada pastoral da Igreja no Brasil, dois fatos são imprescindíveis para a compreensão do desenvolvimento da doutrina social, para a pastoral social e para o compromisso dos cristãos no campo da política, da ética, da promoção humana: A Ação Católica e a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A história da pastoral social no Brasil tem sua ação decisiva a partir da Ação Católica. Não que antes não existisse preocupação no campo social. A promoção social era vista como um ato de caridade. Nesta perspectiva, grandes ações foram realizadas no campo da caridade, dos idosos, dos asilos, da saúde, do amparo aos abandonados, aos hansenianos e em tantas outras áreas. Mas há uma diferença substancial. A ação pastoral caritativa era uma esfera restrita à caridade cristã, com características quase que específicas das congregações religiosas e das confrarias, com pouca interferência no campo das estruturas sociais que geram a miséria.

Com o advento da Ação Católica, surgem duas novas vertentes: a presença do leigo e a organização das pastorais pensadas, refletidas e organizadas a nível diocesano, estadual e nacional, com método de transformação e de mudança da realidade.

A Ação Católica foi fundada oficialmente no Brasil no dia 9 de junho de 1935, sob o influxo do Papa PIO XI, tendo como grande impulsionador e coordenador o cardeal LEME.⁷ Ela foi formalmente o primeiro programa oficial com um raio de ação nacional. Tinha como finalidade "articular as atividades dos leigos e a formação dos leigos católicos".

No final do século passado e no início deste século a Igreja vivia um drama crucial. A Hierarquia sentia-se longe da realidade concreta dos cristãos. De um lado a grave questão social, a crescente divisão de classes provocada pela industrialização. Por outro lado, o clero não encontrava espaço para adentrar nas fábricas, nas indústrias, nos sindicatos. A Ação Católica surge como uma nova via pastoral, pois tratava-se de uma organização eminentemente laical, apesar do controle rígido da hierarquia.

Através dos leigos, a Igreja atinge campos específicos, como a cultura, a imprensa e rádio, os sindicatos, os partidos. Fazia parte do programa e das atividades, citando alguns: "formação política, apostolado organizado, obras sociais, liga eleitoral, distribuição de filmes, alfabetização, educação de adultos, formação social dos jovens, amparo às famílias desamparadas, organização operária, rural, e tantas outras atividades através da JAC, JEC, JIC, JOC, JUC. A Ação Católica realizou, de 1937 a 1961, sete semanas nacionais de cunho social.

"A atuação social da Igreja tem sua gênese na atuação da Ação Católica"

A atuação social da Igreja de hoje tem sua gênese na atuação da Ação Católica. Quatro observações merecem uma análise: (a) A Ação Católica deu um passo significativo na missão social da Igreja. Marcou a passagem da caridade enquanto resposta imediata para um problema localizado, para uma ação organizada, pensada e de cunho transformador. (b) A Ação Católica caminhou na organização dos leigos, ainda que de forma atrelada à hierarquia. Afirmava-se que os "leigos eram o braço estendido da hierarquia". (c) A atuação da Ação Católica não provém diretamente da consciência da missão derivada do batismo e do compromisso implícito do seguimento de Jesus Cristo, mas, como concessão da hierarquia. (d) A Ação Católica não foi um movimento popular. Formava lideranças a partir de pessoas influentes nos mais variados campos da atuação humana. Isto, porém, não tira o valor, o significado e a contribuição da Ação Católica na pastoral social no Brasil.

A fundação da CNBB é um acontecimento do Espírito na Igreja no Brasil. Até 1962 havia duas entidades de nível nacional: o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Ação Católica. Alguns Bispos e padres participavam de organizações sociais a nível nacional. As cartas pastorais, as declarações dos Bispos, eram de nível diocesano.

Diante dos novos elementos da modernização, do fenômeno da urbanização, da industrialização, do progresso da ciência, do espírito do após 2º guerra, novas exigências e necessidades interpelam a Igreja. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nasceu, em outubro de 1952, num diálogo entre Mons. Helder CÂMARA e Mons. Giovanni MONTINI, então Secretário de Estado do Vaticano. Nasceu como espaço de organização mais ordenada e homogênea da missão dos bispos e como resposta mais incisiva aos grandes problemas sociais e religiosos que se avolumavam no Brasil.

Através da CNBB, a dimensão social da Igreja adquiriu uma nova feição. É claro que os grandes indicadores foram o Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín e Puebla. Mas estes acontecimentos não teriam repercussão se a Igreja não tivesse feito escuta e leitura da realidade social. O confronto do grito da realidade com a iluminação teológica e o compromisso evangélico são o fundamento de toda a participação social da Igreja na sua atuação pastoral.

Pastoral Social são todas as ações ou atividades que a Igreja desenvolve tendo em vista a consecução dos seus objetivos encarnando ações e palavras de Jesus a serviço da vida, da dignidade do ser humano e da busca da construção do Reino de Deus.

A nova visão da dimensão social é um passo decisivo. Superou a visão da Ação Católica. O compromisso social é elemento constitutivo da Igreja. Ela não pode silenciar diante dos clamores da realidade. Porém a atuação não é apenas de suplência mas é uma ação que pretende atingir as causas da injustiça e ser fator de mudança das estruturas. A Igreja entende que não basta atender e atenuar os gritos. É preciso ir às causas das injustiças. Neste sentido entende-se a presença decisiva da Igreja em campos polêmicos como o proposto pela Campanha da Fraternidade: o campo da política. É importante lembrar que a dimensão social não é uma área de responsabilidade de um setor da Igreja, mas é uma responsabilidade de todos os cristãos. Ser cristão é ter no objeto de sua fé uma preocupação social. Diante de tantos clamores de morte, diante dos gritos da multidão dos excluídos,

a Igreja não pode silenciar. É preciso mudar as estruturas que geram a exclusão.

Neste ano a Igreja entende que os cristãos precisam refletir nas suas comunidades e na prática de sua vida as implicações e o relacionamento do ato da fé com a dimensão política. É a política que organiza a vida das comunidades e determina os destinos de uma nação. "A política, enquanto atividade humana que concretiza a responsabilidade de todos pelo bem comum, é dever de toda a Igreja. A Igreja acredita que a fé deve ordenar toda a vida do homem e todas as suas atividades, também as que se referem à ordem política: esta ordem está sujeita à ordem moral" (CR 267).

11. INTERPELAÇÕES PASTORAIS

"Os cristãos devem tomar consciência da necessidade de atuar politicamente tendo em vista a transformação de nossas situações de injustiça. Todo neutralismo, por mais que esteja fundamentado nas razões mais sublimes, significa uma traição à causa comum. E a posição política que inspira o Evangelho é uma opção em favor dos oprimidos, não dos que tudo possuem".⁸

O agir do cristão na sociedade clama por uma nova mentalidade. Não basta lutar pela justiça e pela paz enquanto conceito legal. É preciso gerar uma nova relação entre as pessoas, entre as comunidades e nações. Isto

passa por uma postura política. Postura é "tomar uma decisão" a favor da vida.

Entre a fé e a política há um agir cristão que busca transformar as estruturas e fazer das pessoas sujeitos do processo de libertação. O prisma pastoral da dimensão política da fé não é uma "terceira via", mas parte da missão evangelizadora da Igreja. "A Igreja tem a missão de salvação e santificação do homem, tanto na dimensão pessoal quanto na comunitária. A Missão da Igreja é com o homem e a mulher integrais, com todas as suas relações e em sua vocação terrestre".⁹

Na prática cristã deverá surgir contínua aproximação entre fé e justiça, fé e política. Segundo PAULO VI: "A evangelização não seria completa se não levasse em conta o recíproco apelo que fazem continuamente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social do homem. Por isso a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações, constantemente atualizada, sobre os direitos e sobre os deveres de cada pessoa humana, sobre a vida familiar, sobre a vida internacional, a paz, a justiça, o desenvolvimento; uma mensagem, enfim, particularmente vigorosa em nossos dias, sobre a libertação" (EN 29).

Na América Latina, a partir de Medellín, a reflexão teológica caminhou para a inclusão das categorias sociais na prática pastoral. Isto se manifesta no povo das CEBs, nos círculos bíblicos, nos movimentos populares, nas pastorais sociais. A fé não se apresenta como uma expressão intimista e pessoal. Inclui um ato social. Fé é compromisso. Com-

"As implicações e o relacionamento do ato da fé com a dimensão política"

promisso político. Compromisso com a história, com a vida, com o Reino. Fé contextualizada.

Sente-se, cada vez mais, a urgência da ação política que concretize as inevitáveis transformações. O ideal e a práxis da justiça aproximam-se da libertação. Ela não vem como um elemento dado, mas, conquistado. É através da política que os cristãos realizam mudanças das estruturas opressivas e buscam caminhos de mais vida para os povos. A missão do cristão ultrapassa o campo religioso. É chamado a atuar concretamente na política, visando transformar a sociedade. A fé, a religião, o seguimento de Jesus Cristo, a pertença a uma comunidade, afloram como motivação e mística que impulsiona a luta pela justiça.

O Evangelho é uma opção "em favor dos oprimidos e não dos que tudo possuem", como já foi lembrado acima. A forma concreta que leva a esse ideal é através da consciência e participação política, do conhecimento da realidade e das pessoas à luz dos princípios da caridade, da justiça e do Evangelho.

A prática pastoral na América Latina procura repensar a fé onde a realidade política entra como parte constitutiva, com todos os seus desafios e interpelações, como uma tarefa a ser sempre conquistada. A entrada do pobre na Igreja desloca o eixo da pastoral estática e repetidora para uma pastoral dinâmica. Os pobres não querem ser objetos da pastoral, mas protagonistas da história como compromisso da práxis de Jesus. Os pobres desestruturaram a pastoral, pois não estão preocupados com a formulação da fé, mas com a prática da fé. Trata-se de um duplo movimento: respeito aos conteúdos da fé, mas também, respeito profundo à fidelidade ao irmão.

"Na caminhada da Igreja na América Latina redescobriu-se, em fidelidade à prática de Jesus, que a fé é essencialmente práxis de vida nova. O compromisso em favor dos marginalizados e excluídos, o fortalecimento dos movimen-

tos populares, o dinamismo das CEBs, comprovam à saciedade o crescimento qualitativo da Igreja em sua capacidade de desencadear forças

"A missão do cristão ultrapassa o campo religioso"

históricas libertadoras. A história torna-se o grande espaço político onde o homem vive sua fé e onde acontece a Epifania de Deus".¹⁰

A nova pastoral que interage fé e política precisa crer na emergência dos pequenos, dos movimentos populares, nas lutas pela sobrevivência, como mediações importantes do Reino, como efetiva força histórica. O compromisso da Igreja é com o Reino, enquanto proposta de vida em plenitude para o homem. Jesus veio para libertar o homem. O que é essencial para o homem deve ser essencial para a Igreja.

"A mística cristã do amor aos pobres não serve para nada se não for complementada com um método de ação e uma estratégia concreta, instrumentos específicos da ação política."¹¹

NOTAS

¹ IDIGORAS, J. L. "Vocabulário para América Latina", Ed. Paulinas, SP, 1983, pg. 355.

² DOIGK, G. "Diccionario Medellin Puebla", Loyola, SP, 1992, pg. 317

³ MEULENBERG, L., "Pastoral dos ricos: a posição de S. João Crisóstomo", in REB, vol 43, fasc. 170, junho 1983.

⁴ LATOURELLE, R. e FISICHELLA, R., "Diccionario de Teologia Fundamental", pg. 251.

⁵ CELAM, "A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio", pg. 9.

⁶ Id., *ibid.*, pg. 25.

⁷ BRUNO, T., "O catolicismo brasileiro em época de transição", Loyola, SP, 1974, pg 80 a115.

⁸ IDIGORAS, J. L., *op. cit.*, pg. 384.

⁹ LATOURELLE, R. e FISICHELLA, R., *op. cit.* pg. 537.

¹⁰ Id., *ibid.*, pg. 384.

¹¹ PRETO, H. E., "Fé política", in "Vida Pastoral", março-abril de 1985.

Endereço do Autor:

Seminário Teológico de Tubarão
Caixa Postal 5073
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC

CONTRIBUIÇÃO PARA A REVISTA

As contribuições para o número anterior foram generosas, um Amigo (anônimo) tendo colaborado com R\$ 500,00 e outro com R\$ 200,00 etc, perfazendo um total de R\$ 1.878,00. A impressão, na Berthier, com capa colorida, saiu por R\$ 1.470,00 e o Correios e outras despesas chegaram a cerca de R\$ 450,00. Vários leitores(as) têm sugerido o sistema de assinaturas, mas, como pretendemos atingir um número maior de agentes pastorais enviando-lhes a Revista, sem a formalidade da assinatura, continuamos contando com generosidade de vocês, sugerindo, agora (este número está passando de 80 páginas), a contribuição de ao menos R\$ 5,00. Novamente incluímos um envelope devidamente endereçado.

Não se esqueçam de identificar o remetente... e Deus lhes pague

ENCONTROS TEOLÓGICOS
ITESC - Cx. Postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC